



Número: **0004020-58.2023.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **21/06/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIOENA ASCKAR (REQUERENTE)		ELIOENA ASCKAR (ADVOGADO)	
MICHEL DAVID ASCKAR (REQUERENTE)		MICHEL DAVID ASCKAR (ADVOGADO)	
EDUARDO FERNANDO APPIO (AUTORIDADE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52921 37	30/06/2024 14:54	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0004020-58.2023.2.00.0000**

Requerente: **ELIOENA ASCKAR e outros**

Requerido: **EDUARDO FERNANDO APPIO**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES COMETIDAS NA CONDUÇÃO DE PROCESSO. INVESTIGAÇÃO SOBRE EVENTUAL GRAMPO ILEGAL ENCONTRADO EM CELA DA CARCERAGEM DA POLÍCIA FEDERAL EM CURITIBA. CORREÇÃO DO POLO PASSIVO. INFORMAÇÕES.

### **DESPACHO**

Trata-se de Pedido de Providências interposto para que o Conselho Nacional de Justiça apure alegadas irregularidades ocorridas na 13ª Vara Federal de Curitiba envolvendo suposta escuta ilegal, que teria sido encontrada na cela de Alberto Youssef, então preso pela Operação Lava Jato, localizada na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Determino a correção do polo passivo deste Pedido de Providências, uma vez que, compulsando os autos, verifica-se que os supostos fatos narrados e as condutas alegadas como irregulares na condução do processo que apurava a existência de referida escuta não estão relacionados ao magistrado EDUARDO APPIO, mas sim – a princípio – a outros magistrados que atuaram na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Desse modo, EDUARDO APPIO foi incluído no polo passivo deste Pedido de Providências pois, à época de sua interposição, era o juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba e havia desarquivado referidos autos para retomar a apuração de eventuais crimes cometidos, tendo em vista notícias de supostas fraudes anteriormente cometidas na sindicância realizada pela Polícia Federal e na condução do processo pelo Juízo da 13ª Vara Federal.



Além disso, EDUARDO APPIO se removeu da 13ª Vara Federal de Curitiba e ocupa atualmente a titularidade de Vara da Justiça Federal da 4ª Região com competência previdenciária.

Ante o exposto, providencie a Secretaria a correção do polo passivo deste Pedido de Providências, devendo constar JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA no lugar do magistrado EDUARDO FERNANDO APPIO.

Intime-se o JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar as informações que se lhe afigurarem pertinentes.

Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília, data registrada no sistema.

Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**  
Corregedor Nacional de Justiça

F69/J15

